COLEÇÃO
Saber na Prática
vol. 2

Certificação Participativa

de Alimentos Agroecológicos

Panorama da Avaliação da Conformidade Orgânica no Brasil e no mundo

A Rede Ecovida e o Sistema Participativo de Garantia

O Núcleo Litoral Catarinense da Rede Ecovida de Agroecologia

Certificação Participativa

de Alimentos Agroecológicos

CEPAGRO

Florianópolis, 2013

ISBN 978-85-67297-02-6

Este trabalho está licenciado sob a Licença
Atribuição-NãoComercial 3.0 Brasil da Creative Commons.
Para ver uma cópia desta licença, visite
http://creativecommons.org/licenses/by-nc/3.0/br/

Coleção Saber na Prática

Conselho Editorial (Volume 2 – Certificação Participativa)
Charles Onassis Peres Lamb, Cristiano Motter, Gisa Garcia, Laércio Meirelles, Leandro Venturin, Luiz Carlos Rebelatto, Marcelo Farias, Marcos José de Abreu, Natal João Magnanti, Oscar José Rover Marcelo Passos

Coordenação Editorial
Fernando Angeoletto

Redação e edição
Ana Carolina Dionísio e Fernando Angeoletto

Design gráfico
Jonatha Jünge

Fotografia
Fernando Angeoletto, acervo Cepagro e acervo Rede Ecovida

Produção
Florimage Serviços Gráficos

Apoio
Interamerican Foundation (IAF)

CEPAGRO
Centro de Estudos e Promoção da Agricultura de Grupo
www.cepagro.org.br
cepagro@cepagro.org.br
+55 (48) 3334-3176
Florianópolis, SC - Brasil

Coordenação geral
Charles Onassis Peres Lamb

Coordenação do eixo urbano
Marcos José de Abreu

Coordenação do eixo rural
Marcelo Farias

COLEÇÃO

Saber na Prática

VIVÊNCIAS EM AGROECOLOGIA

Esta coleção apresenta a sistematização de metodologias adotadas pelo Cepagro em seu trabalho de organização popular, dirigido a famílias em comunidades rurais e urbanas do Litoral Catarinense, Grande Florianópolis e Alto Vale do Itajaí. A coleção é focada nas ações a partir de 2006, quando foram firmados os convênios com a IAF (Fundação Interamericana) e outros parceiros de cooperações internacionais e entes públicos.

O fortalecimento do Cepagro foi notável neste período, sobretudo como articulador do Núcleo Litoral Catarinense da Rede Ecovida de Agroecologia. Somos um importante nó desta Rede, que representa mais de 3.000 famílias agricultoras em todo o Sul do Brasil. Além disto, e com igual destaque, foi neste intervalo de 7 anos que os trabalhos com Agricultura Urbana tornaram-se um reconhecido eixo de atuação da entidade.

Área de atuação do Cepago

Dividida em 4 volumes, a coleção Saber na Prática: Vivências em Agroecologia é um registro histórico e metodológico que visa auxiliar outras organizações a replicarem as ações apresentadas - levando em conta o que há de afinidades e diferenças entre as realidades, sempre no sentido de adotar técnicas sustentáveis de Agricultura e Gestão de Resíduos Orgânicos.

Certificação Participativa

de Alimentos Agroecológicos

Dentre as modalidades de acreditação da produção orgânica no Brasil, são previstas pela legislação a certificação por Auditoria e por Sistemas Participativos de Garantia (SPGs), além das Organizações de Controle Social (OCSs), que garantem a conformidade de alimentos para venda direta.

No caso dos SPGs, cuja formulação da política pública teve participação decisiva da Rede Ecovida de Agroecologia, um dos principais diferenciais é a oportunização de um espaço de formação e intercâmbio entre os agricultores, durante as sessões de avaliação da conformidade orgânica que acontecem nas propriedades rurais e agroindústrias. Mantendo a premissa fundamental de qualquer certificação, que é a de garantir a legitimidade do cultivo orgânico junto à toda sociedade, os SPGs promovem cidadania e incremento da produção familiar orgânica, tendo ainda como atributo possibilitar a diminuição do custo do alimento mais saudável para o consumidor final.

Este volume da coleção "Saber na Prática: Vivências em Agroecologia" lança luzes sobre o universo da certificação participativa, desde a constituição e funcionamento dos grupos de base da Rede Ecovida até o avanço da legislação brasileira de produção orgânica. O objetivo é despertar processos semelhantes em entidades que atuam em territórios de agricultura familiar agroecológica de maneira articulada, no Brasil ou em outros países.

Sumário

Panorama da acreditação orgânica no Brasil e no mundo **6**

Como saber se o produto é orgânico? 7

Os caminhos da certificação 8

Participativo por quê? 10

Uma alternativa para a Agricultura Familiar Agroecológica 12

Certificação Participativa no Mundo 14

Juntos Somos Mais Fortes: Rede Ecovida **16**

Um pouco da(s) história(s) da Rede 17

Como Funciona a Rede? 22

Reuniões, Plenárias, Encontros 24

Gerando credibilidade em rede: O processo de Certificação Participativa da Rede Ecovida **26**

Registrar é preciso! 30

O Núcleo Litoral Catarinense 36

Com a palavra, os agricultores 39

Referências Bibliográficas **40**

Panorama da acreditação orgânica no Brasil e no mundo

Como saber se o produto é orgânico?

Na venda direta em feiras, a principal garantia da qualidade orgânica de um alimento é o contato direto com os agricultores, respaldado por uma Declaração de Cadastro em uma **Organização de Controle Social (OCS).** Uma OCS é formada por agricultores organizados em grupos que, depois de ser cadastrada no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), está habilitada a assegurar a conformidade orgânica dos produtos. Estes são destinados **somente à comercialização direta** em feiras e também para compras governamentais (para alimentação escolar, por exemplo). Estes alimentos, contudo, não podem ser vendidos em lojas de artigos naturais nem supermercados.

Para estes casos é preciso um **selo do Sisorg** – Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica - para mostrar que aquele produto passou por um **processo de certificação**, confirmando que ele atende às exigências da legislação brasileira sobre orgânicos. Este selo facilita a identificação dos produtos orgânicos no mercado e acaba atribuindo um diferencial a eles.

O selo do Sisorg garante que o produto passou por uma avaliação criteriosa e controlada pelo MAPA

Os caminhos da certificação

As leis brasileiras reconhecem **dois sistemas de avaliação da conformidade orgânica** para venda indireta, que têm o mesmo objetivo: **garantir a qualidade** ao consumidor. A diferença está nos procedimentos de verificação.

CERTIFICAÇÃO POR AUDITORIA - realizada por uma **empresa certificadora.** Neste caso, o agricultor ou a agroindústria contrata e paga uma empresa para enviar um inspetor à sua propriedade. Este técnico vai avaliar se os processos produtivos obedecem aos padrões de conformidade orgânica da legislação brasileira (e também internacional, caso haja interesse de exportação), da forma mais isenta possível, sem envolvimento com o agricultor que está sendo inspecionado. **O técnico não deve dar orientações** nem sugestões sobre como manejar possíveis problemas na propriedade. Após esta visita, o inspetor escreve um relatório, que é encaminhado para a empresa contratada. A partir das informações presentes ali, o produtor poderá usar ou não o selo de produto orgânico. Cada empresa tem critérios diferentes para calcular o preço da certificação, que também varia de acordo com o mercado (interno ou externo).

SISTEMA PARTICIPATIVO DE GARANTIA: formado por **agricultores, processadores, consumidores e comerciantes reunidos em grupos,** que por sua vez fazem parte de núcleos regionais articulados em rede. Neste cenário, o produtor que busca a certificação é visitado por outros membros do núcleo, configurando um ambiente de **controle social**. Mais do que apontar não-conformidades, esta visita é uma oportunidade para os participantes trocarem experiências, através de perguntas, sugestões e relatos. É um intercâmbio que empodera o agricultor e **qualifica a produção familiar agroecológica.** Se o parecer emitido pelo Comitê de Verificação for positivo, e a sua documentação estiver adequada, o produtor estará apto a usar o selo de produto orgânico. O custo desta certificação, para o agricultor, é a anuidade que ele paga quando se filia à Associação Ecovida de Certificação Participativa. O valor da anuidade, bem como a destinação dos recursos arrecadados, é decidido pelos membros do Núcleo em assembleia.

No Sistema Participativo de Garantia, a propriedade que solicita a avaliação da conformidade orgânica é visitada por um comitê de verificação formado por integrantes dos grupos da Rede Ecovida, em um ambiente de integração e aprendizado [Núcleo Litoral Catarinense (SC), nov. 2012]

Participativo por quê?

O **papel ativo dos agricultores** e o **diálogo de saberes** são alguns dos diferenciais dos Sistemas Participativos de Garantia (SPGs). Outros princípios básicos são:

- Diferente das certificações por auditoria, baseadas numa relação entre uma prestadora de serviços e o cliente, a certificação participativa obedece a princípios de **confiança**: entre produtores, técnicos e consumidores que integram o processo. Eles desenvolvem suas ações com a responsabilidade de um compromisso assumido em grupo e lavrado em ata, tendo a agroecologia como princípio fundamental e obrigatório.
- Todos os atores – agricultores, consumidores e técnicos - envolvidos sabem como o sistema funciona e nenhuma informação é confidencial, tudo está registrado em atas e documentos, garantindo a **transparência** do processo.
- Como a verificação da conformidade orgânica é feita por um coletivo, a **responsabilidade** está dividida entre todos, **descentralizada**: os procedimentos e dinâmicas são decididos em assembleia, respeitando as características regionais de cada núcleo. Quanto mais variados e organizados forem os grupos, maior será a credibilidade gerada.

O Grupo Terra Viva, de Angelina (Litoral Catarinense), reunido em torno da documentação de uma propriedade (janeiro de 2013)

Entendendo melhor: SPG e OPAC

A avaliação da conformidade orgânica, a concessão do selo do Sisorg e a inclusão dos agricultores e agroindústrias no Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos são algumas das atividades realizadas no Sistema Participativo de Garantia (SPG). A entidade responsável por estas funções é o **Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade (OPAC)**, que precisa estar credenciado junto ao MAPA para que o SPG seja reconhecido legalmente.

Os OPACs são formados por **agricultores, processadores, consumidores e comerciantes** que atuam diretamente com agroecologia. Seus representantes verificam e atestam que os alimentos agroecológicos atendem às exigências da Lei 10.831, de 2003, que regulamenta o tema. Por isso, os SPGs se caracterizam pela **responsabilidade coletiva** dos seus membros na geração de credibilidade. Os métodos de cada SPG, contudo, variam de acordo com os locais em que são implementados, considerando as realidades sócio-culturais e econômicas dos territórios que formam cada OPAC, que tem autonomia para decidir critérios, condições e exigências relativas à participação dos seus membros.

Uma alternativa para a Agricultura Familiar Agroecológica

Confiança, transparência, autonomia: estas são algumas das características que fazem do SPG a forma mais acessível de assegurar a qualidade orgânica de produtos da agricultura familiar.

Quais são os CUSTOS?

Como funcionam as VISITAS DE VERIFICAÇÃO?

Quais são os CRITÉRIOS DE VERIFICAÇÃO?

OBJETIVOS

ENVOLVIMENTO

CERTIFICAÇÃO POR AUDITORIA	SISTEMA PARTICIPATIVO DE GARANTIA
• definido pela empresa, deve cobrir todas as despesas de transporte, mão-de-obra e emissão do relatório, além de garantir uma margem de lucro	• dividido entre as anuidades pagas pelos membros, decididas em assembleia em cada núcleo, e os subsídios das organizações de apoio que articulam o SPG. Destina-se ao custeio das equipes de verificação em campo, encargos burocráticos e emissão do certificado.
• feitas por um técnico contratado pela agência, que não deve ter envolvimento com o agricultor, pressupondo isenção no processo.	• realizadas por um Comitê de Verificação formado por membros dos OPACs, eleitos em seus grupos para comporem as Comissões de Avaliação dos Núcleos. Seguem um roteiro definido pelos membros do SPG (e de acordo com a legislação brasileira), com o objetivo não só de fiscalização, mas de intercâmbio de experiências, saberes e mobilização.
• estabelecidos pela empresa certificadora, atendendo à legislação brasileira e em alguns casos também a parâmetros de certificação internacionais.	• são determinados pelos membros do SPG e sistematizadas nos Planos de Manejo, dentro de dinâmicas abertas a possíveis adaptações conforme a realidade de cada núcleo, estando sempre de acordo com a legislação brasileira.
• concessão do selo de conformidade orgânica; habilitar o agricultor para o mercado.	• concessão do selo de conformidade orgânica; articulação das redes internas de produção e comercialização agroecológicas, principalmente da agricultura familiar; equivalência para os agricultores que não podem acessar a certificação por auditoria.
• do produtor com a certificadora: pagamento do serviço e emissão do certificado, que é válido por 12 meses.	• do agricultor com a rede: a família precisa entrar para um grupo que faz parte da rede, participar das reuniões e dos encontros de núcleo para fortalecer a articulação do coletivo e estabelecer dinâmicas de controle social.

EUA – Certified Naturally Grown

Fundada em 2002, reúne 750 agricultores e apicultores certificados. A certificação só é válida para a venda direta em feiras e a documentação é toda preenchida e enviada pela internet.

MÉXICO – Red Mexicana de Tianguis y Mercados Orgánicos

Criada em 2004, articula produtores e consumidores em feiras e mercados em 13 regiões do país.

COSTA RICA – APOT

A Lei 8591 legitima os SPG´s em vários artigos. Pequenos ou médios GPO´s (Grupos de Produtores Orgânicos), atrelados a uma pessoa jurídica, podem cadastrar-se junto ao Ministério da Agricultura para implementar a Certificação.

BRASIL – Rede ACS Amazônia

A ACS Amazônia atua no Estado do Acre, sul do Amazonas e Noroeste de Rondônia, implantando um processo de certificação com princípios de auto-suficiência, soberania alimentar e a equidade social, através da valorização cultural e das relações socioambientais dos povos da Amazônia.

NICARAGUA – Grupo de Promoción de la Agricultura Ecológica

PERU – Asociación Nacional de Productores Ecológicos del Perú

Em atividade desde 1998, começou a implementar a certificação participativa em 2005. Hoje conta com 12 mil agricultores associados.

BRASIL – Rede Xiquexique

Tem sua missão voltada para a articulação em rede visando à comercialização solidária e ética das cadeias produtivas dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, pescadoras e pescadores artesanais, apoiadas na tríade da Comercialização, Feminismo e Economia Solidária.

PARAGUAI – Altervida

BOLÍVIA – Asociación de Organizaciones de Productores Ecológicos de Bolivia

Fundada em 1991, agrupa 60 mil produtores ecológicos em 90 municípios. O programa de certificação participativa existe desde 2009 e é levado a cabo por cerca de 20 organizações de produtores afiliadas à AOPEB.

URUGUAI – Red de Agroecologia

Em funcionamento desde 2005, reúne produtores, consumidores, técnicos e ONGs divididos em 6 regionais. São cerca de 180 propriedades certificadas, a maioria produzindo hortaliças, frutas, leite e derivados e mel.

BRASIL - Rede Ecovida de Agroecologia

Formalizada em 1998, pautou a discussão nacional sobre SPG's. Atualmente tem mais de 1200 famílias certificadas, nos estados do Sul (PR, SC e RS) e sul de SP. O sistema é respaldado pelas Comissões de Avaliação e pressupõe o fortalecimento dos grupos de Agroecologia, células dos Núcleos que compõem a Rede Ecovida.

FRANÇA – Nature et Progrès

Formada em 1972, lançou em 1978 um primeiro esboço de um sistema de certificação participativa. Atualmente conta com 1.300 membros (a maioria deles consumidores) organizados em 20 grupos locais.

INDIA – Keystone Foundation

Instituída em 1993, vem desenvolvendo desde 1998 um programa de certificação de produtos silvestres e cultivados por comunidades indígenas do sul do país que inclui o monitoramento ambiental dos bosques de extrativismo.

Certificação Participativa no Mundo

A ideia de um sistema que avalia e garante a conformidade orgânica de produtos já existia na década de 70, quando a Federação Internacional de Movimentos de Agricultura Orgânica (IFOAM) começou a desenvolver, a partir de consultas com os envolvidos na produção orgânica na Europa, uma estrutura que englobava normas, critérios de acreditação e a concessão de um selo, algo bem parecido com as regulamentações ISO. Este sistema funcionou muito bem na Europa e no crescente mercado orgânico internacional, dando origem às agências certificadoras.

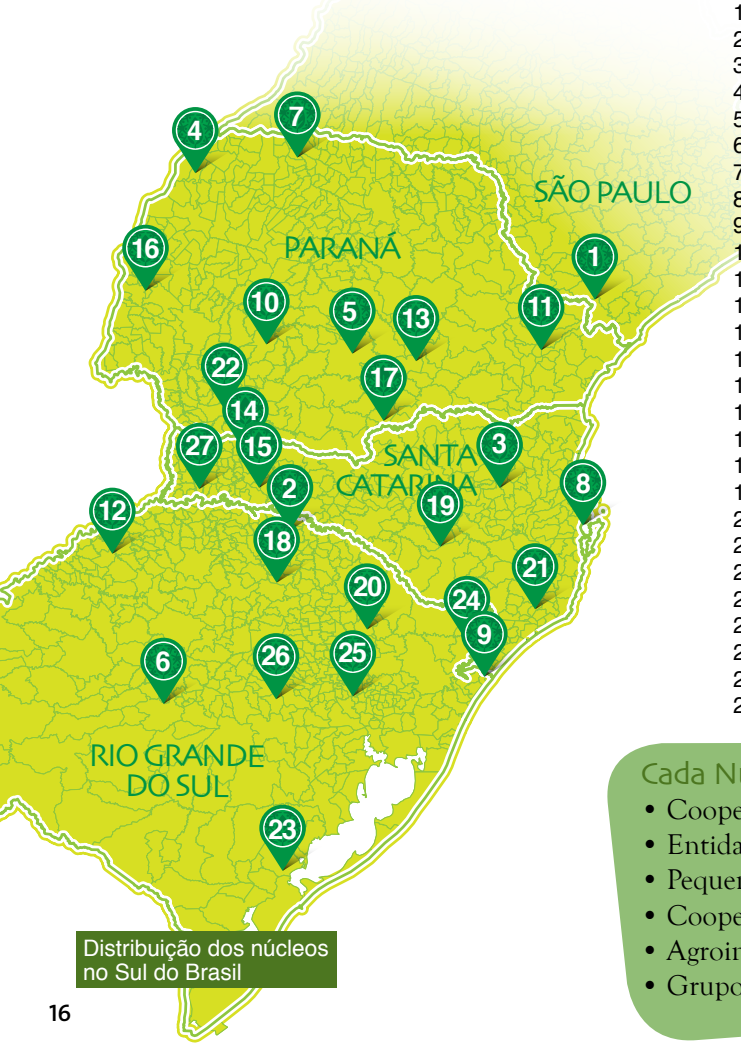
Porém, principalmente em países menos desenvolvidos, milhares de pequenos agricultores ficaram à margem deste processo. A partir da década de 90, diversas organizações ligadas à agroecologia passaram a mobilizar-se contra os altos custos e falta de diálogo dos sistemas de auditoria, que não se adequavam à realidade da agricultura familiar e de pequena escala. Vários SPGs foram desenhados para diferentes contextos ao redor do mundo, com modos de funcionamento distintos, mas com objetivos e princípios similares: confiança, transparência e diálogo de saberes pautando todo o processo.

NOVA ZELÂNDIA – Organic Farm New Zealand

Estabelecida em 2002, já certificou cerca de 170 produtores em 11 regiões do país.

Juntos Somos Mais Fortes

No Brasil, um dos principais OPACs é a **Rede Ecovida de Agroecologia,** credenciada junto ao MAPA em 2010. A Rede é formada por **27 núcleos regionais,** compostos por cerca de **200 grupos de agricultores e agricultoras** em **170 municípios** do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e São Paulo, além de pouco mais de 20 ONGs. Atualmente, conta com mais de **1200 propriedades certificadas** e 800 com o processo em andamento, além de outras 1000 que não demandaram a certificação mas participam da construção dos SPGs.



Distribuição dos núcleos no Sul do Brasil

1. Agroflorestal
2. Alto Uruguai
3. Alto Vale
4. Arenito Caiuá
5. Centro Paranaense
6. Centro RS
7. Libertação Camponesa
8. Litoral Catarinense
9. Litoral Solidário
10. Luta Camponesa
11. Maurício Burmester do Amaral
12. Missões
13. Monge João Maria
14. Noroeste Catarinense
15. Oeste Catarinense
16. Oeste Paranaense
17. Planalto Norte
18. Planalto RS
19. Planalto Serrano
20. Serra RS
21. Serramar
22. Sudoeste Paranaense
23. Sul RS
24. Sul Catarinense
25. Vale do Caí
26. Vale do Rio Pardo
27. Vale do Rio Uruguai

Cada Núcleo é composto por:

- Cooperativas de consumidores
- Entidades de assessoria
- Pequenos comerciantes
- Cooperativas de agricultores
- Agroindústrias
- Grupos de agricultores familiares

REDE DE AGROECOLOGIA
ecoVIDA®

Um pouco da(s) história(s) da Rede

Apesar de ter sido instituída oficialmente em 1998, algumas organizações que formaram a Rede Ecovida já vinham atuando no movimento agroecológico desde o **final da década de 1970**. Nesta época, destaca-se a **oposição à Revolução Verde**, que disseminou o uso intensivo de agrotóxicos, fertilizantes químicos e sementes melhoradas e colocou o agronegócio como modelo de produção no país.

Em seu histórico de atuação, além de protagonizar os debates sobre os marcos legais da agricultura agroecológica no Brasil, a Ecovida construiu uma metodologia de SPG que serve de base para outras organizações dentro e fora do país. Outra característica marcante desta história é a reafirmação da estrutura em rede, que continua fortalecendo a agricultura familiar.

Feiras e cooperativas

em 1978, a formação da Cooperativa Ecológica Coolméia, que realiza duas feiras de produtos ecológicos em Porto Alegre, é uma das primeiras iniciativas de produção e comercialização baseada na credibilidade da relação entre agricultor e consumidor, um dos princípios básicos do SPG. Dentre os procedimentos de garantia da qualidade dos produtos, a Coolméia organiza visitas de consumidores às cooperativas de agricultores e possui uma Comissão de Avaliação que decide a entrada de novos produtores ao grupo.

1978

COOLMÉIA
COOPERATIVA ECOLÓGICA

Tecnologias alternativas

A luta pela “Lei dos Agrotóxicos”, aprovada em 1989 e que regulamenta o uso destes insumos químicos no campo, aglutina diversas organizações, associações e movimentos sociais, que começam a discutir **tecnologias alternativas para a agricultura** e a formar **feiras ecológicas**. No Sul do Brasil, estas iniciativas articulam-se na **Rede de Tecnologias Alternativas Sul** (Rede TA-Sul). O debate e a troca de experiências em encontros e seminários sobre temas como agrobiodiversidade, manejo ecológico de solos e sementes crioulas fortalece a identidade da Rede.

1980

Propostas de regulamentação

Em 94, o MAPA inicia um processo de regulamentação da agricultura orgânica, num contexto de crescimento do mercado e da necessidade de algumas empresas de estarem certificadas para exportar. Esta proposta inclui a certificação dos produtos, mas ainda baseada em padrões externos e alheios às realidades locais, sendo por isso rejeitada pelo movimento agroecológico (Coolméia, Centro Ecológico Ipê, Cepagri, Centro Vianei, Cetap, Capa). Paralelo a isso, em Santa Catarina, uma fundação estadual (Fundagro) apresenta um modelo de certificação de orgânicos nos moldes das certificadoras por auditoria. Diversas ONGs e associações de agricultores do estado – como Cepagri e Centro Vianei - se posicionaram contra esta proposição, que não convergia com os princípios de garantia de qualidade discutidos dentro do movimento agroecológico. **Representantes destas organizações compareceram**

1994

em peso à audiência pública que decidiria a implantação da proposta, no final de 1997, conseguindo a sua anulação. Este foi apenas um dentre vários momentos em que a incidência política dos atores que formariam a Rede Ecovida foi decisiva para conter medidas que não beneficiariam os agricultores familiares.

Posicionamento

A discussão do marco legal da agricultura orgânica no Brasil se intensifica, levando as organizações do movimento agroecológico a se posicionar neste processo e assumir o compromisso de participar politicamente na construção desta legislação, para que esta abarcasse a diversidade da agricultura agroecológica no Brasil. O objetivo era construir um texto que respaldasse tanto as instituições que seguiam o modelo de certificação da Federação Internacional de Movimentos da Agricultura Orgânica (IFOAM), em que a verificação da conformidade ainda estava a cargo de auditoras, quanto as ONGs e organizações populares que defendiam um sistema solidário e participativo de geração de credibilidade. A criação de uma Rede Regional de Agroecologia, durante um seminário em União da Vitória (PR) em 1998, foi um passo decisivo para estruturar este novo

1998

formato de organização do movimento agroecológico no Sul do Brasil: **a Rede Ecovida de Certificação Participativa**, fundada em novembro deste ano num seminário em Caçador (SC). O debate sobre a certificação é um dos principais diferenciais desta nova Rede.

Formalização da Rede

Um dos resultados do aprofundamento da discussão sobre certificação e da crescente participação de agências auditoras estrangeiras no Brasil é a publicação da Instrução Normativa 07 pelo MAPA. Dentro da Rede, vem novamente à tona divergências em torno dos mecanismos de garantia da qualidade. **Em abril deste ano a Rede Ecovida é lançada em audiência pública na Assembleia Legislativa de Santa Catarina.** A partir daí a organização assume a denominação de Rede Ecovida de Agroecologia, conformando uma dimensão mais abrangente na esfera de atuação, tendo a produção agroecológica familiar para mercado interno como horizonte.

Estruturação dos núcleos

O debate sobre a garantia da conformidade orgânica ganha cada vez mais importância dentro da Rede, com a fundação da Associação Ecovida de Certificação Participativa. O Encontro Ampliado é realizado em Francisco Beltrão (PR), desta vez com a presença marcante de associações e cooperativas de agricultores, **definindo a característica fundamental da Ecovida: a participação dos agricultores nas decisões da Rede.** São aprovados os primeiros núcleos regionais, que passam a ser os articuladores dos grupos de famílias.

Criação do GAO

É publicada a IN 06, propondo somente mecanismos de inspeção para a certificação. Por ser muito confusa e burocrática e não considerar mecanismos participativos de garantia, a instrução é fortemente rejeitada pela Rede Ecovida e outras organizações ligadas à agroecologia. **Uma das principais reações foi a criação do Grupo de Agricultura Orgânica do Brasil (GAO), durante o 1° Encontro Nacional de Agroecologia (ENA)**, com o objetivo de trabalhar na construção do marco legal dos orgânicos e defender iniciativas de pequeno porte, no campo da produção, organização e certificação. A partir daí fica clara a influência da Rede Ecovida não só do ponto de vista da construção da regulamentação governamental, mas pelo exemplo de sua experiência de fortalecimento em rede, que serviu de modelo para outras iniciativas similares Brasil afora, como a ACS Amazônica e a Rede Xique-Xique, no Nordeste. Neste ano é também criado o Núcleo Litoral Catarinense.

1999 2000 2001 2002

Abrangência no Sul do Brasil

A participação de representantes do Paraná e do Rio Grande do Sul no 2º Encontro da Rede, novamente em Lages, **oficializa a abrangência da Ecovida nos três estados do Sul brasileiro.**

Membros do Núcleo Litoral Catarinense no ano de sua fundação

Oficina de SPG durante o 4o. Encontro Ampliado da Rede Ecovida

A Lei dos Orgânicos

A eleição de Lula para a Presidência representou mudanças nos ministérios da Agricultura e do Desenvolvimento Agrário. Um dos reflexos desta alteração no poder foi a aprovação da Lei 10.831 em de 23 de dezembro de 2003, mais conhecida como “Lei dos Orgânicos”, cujo texto base é marcado pela atuação do GAO e da Rede Ecovida, não só pela inclusão do SPG dentre os mecanismos de avaliação da conformidade, mas pelo respaldo legal da venda direta sem certificação. O SPG é tema de uma oficina durante o 4° Encontro Ampliado da Rede, em Passo Fundo (RS).

Consolidação dos SPGs

Dando continuidade a este diálogo acerca de estratégias e ações para a adoção e aceitação de diferentes metodologias de certificação participativa, acontece em Antonio Prado (RS) o Seminário Latino-Americano sobre Sistemas Participativos de Garantia. Além de reiterar a validade dos SPGs como mecanismo de garantia dos produtos agroecológico, os participantes de 16 países enfatizaram a sua importância para facilitar o acesso ao mercado por agricultores familiares. Neste ano também foi assinado o Decreto 6.323, que detalha as normas dos Sistemas Participativos de Garantia de Qualidade Orgânica.

2003 2004 2007

Certificação em debate

Representantes de mais de 20 países se reúnem em Torres (RS) para o Seminário Internacional sobre Certificação Alternativa, promovido pelo IFOAM (Federação Internacional dos Movimentos da Agricultura Orgânica) e MAELA (Movimento Agroecológico da América Latina e do Caribe). Os participantes debateram pontos em comum de diferentes SPGs e desafios para conferir maior legitimidade a estes métodos. A Rede Ecovida reafirma ali a importância do envolvimento dos agricultores e consumidores na geração da credibilidade do produto orgânico.

7o. Encontro Ampliado da Rede Ecovida (Ipê, RS)

Normas da certificação

Diversas organizações que lutam pela certificação participativa, incluindo a Rede Ecovida, criam o Fórum Latino Americano de SPGs. Ainda em 2009 é publicada a Instrução Normativa 19, que normatiza a atividade dos Organismos de Avaliação da Conformidade (tanto das certificadoras por auditoria quanto dos participativos).

Credenciamento

A Associação Ecovida de Certificação Participativa é credenciada pelo Ministério da Agricultura como OPAC. Neste mesmo ano torna-se obrigatória a certificação de produtos orgânicos para venda indireta, que devem levar o selo do Sisorg.

Continuidade do OPAC

Ocorrido pela primeira vez em uma capital, o 8° Encontro Ampliado da Rede Ecovida reúne mais de mil participantes em Florianópolis (SC). Em dezembro deste ano, uma auditoria do MAPA mantém o credenciamento da Rede como OPAC.

2009 2010 2012

Em dezembro de 2012, a Rede Ecovida recebeu uma auditoria de manutenção do credenciamento como OPAC

Como Funciona a Rede?

A organização da Rede começa nas conversas, interações e diálogos entre as famílias de agricultores, mediados por entidades de assessoria. Percebendo problemas e necessidades comuns, começam a agir em conjunto, formando, assim, um **grupo**, que precisa estar registrado em ata para que seus procedimentos tenham legitimidade. As visitas de verificação que os membros dos grupos realizam entre si são uma das etapas da certificação participativa.

Quando um grupo se une a outros, junto com associações, cooperativas e entidades de apoio para buscar a certificação e mais conhecimentos sobre agroecologia, forma-se um **Núcleo Regional,** que é a unidade de articulação da Rede Ecovida em cada região.

Os Núcleos promovem encontros em que são expostos os problemas, desafios e realizações de cada grupo em torno da agroecologia, além de discutir o processo de certificação, fomentar as ferramentas do SPG com grupos não consolidados e eleger a Comissão de Avaliação. Além disso, são responsáveis pela publicação de materiais, manutenção de um banco de dados dos produtos disponíveis na região e garantia do processo de certificação. Nos núcleos também são eleitos os representantes de cada estado na Coordenação Geral da Rede Ecovida.

Membros do grupo Semear Sementes para o Futuro (Litoral Catarinense) dialogam durante visita de verificação

Reuniões, Plenárias, Encontros

Tomando decisões em Rede

A interação entre agricultores, consumidores e técnicos é a base da organização da Rede. É nos espaços de diálogo que a articulação destes atores se fortalece, pois estimula a responsabilidade e o protagonismo coletivos. Os principais momentos de tomadas de decisão são:

PLENÁRIA DE NÚCLEOS

Uma das principais instâncias deliberativas da Rede Ecovida, formada por pelo menos 2 representantes de cada Núcleo Regional. Encaminha a criação de novos núcleos, a eleição da Coordenação Geral e tópicos que não foram decididos nas Plenárias Estaduais. Acontece geralmente a cada 6 meses.

Plenária de Núcleos realizada em Passo Fundo (RS), em abril de 2012

ENCONTRO AMPLIADO

O grande momento coletivo da Rede Ecovida, em que se discutem questões políticas mais abrangentes e se aprovam a formação de novos núcleos e a Coordenação Geral. Acontecem oficinas temáticas e seminários, além da Feira de Saberes e Sabores, promovendo um forte intercâmbio entre os participantes. Ocorre a cada 2 anos, coordenado por um ou mais Núcleos Regionais.

GERANDO CREDIBILIDADE EM REDE

O processo de Certificação Participativa da Rede Ecovida

O reconhecimento legal do SPG e a manutenção do credenciamento da Rede Ecovida como OPAC foram conquistas importantes. Por trás delas está o fortalecimento da **metodologia de certificação participativa** construída desde 1994 pela Rede e que hoje é referência em vários países do mundo. Baseada na distribuição de responsabilidades, cooperação e empoderamento das famílias, foi sistematizada e regulamentada para que estivesse de acordo com a legislação e continuasse equivalentes à certificação por auditoria.

Grupo Ecocaxias (RS) em visita de verificação da conformidade orgânica

Como e onde começa o processo de certificação?

Na unidade mais básica de organização da rede, que é o grupo de agricultores familiares (em que também podem participar consumidores, técnicos, processadores e comerciantes). É através da participação nas reuniões do grupo que a família entra para a Rede Ecovida e solicita a certificação da sua propriedade.

E se não existe um grupo na localidade?

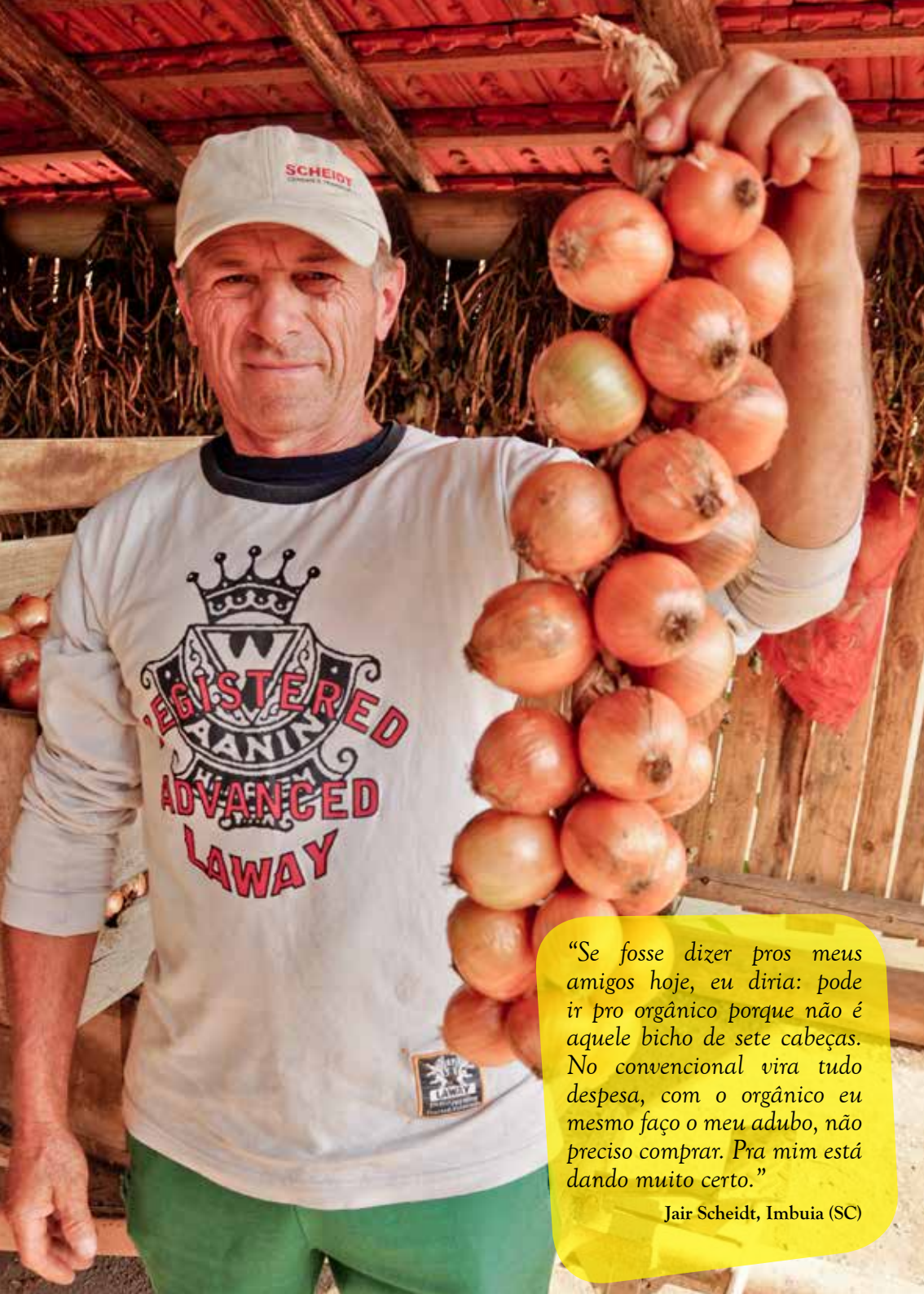
Se o grupo ainda não está constituído, mas existe a demanda para formá-lo, as famílias devem mostrar interesse em participar do Núcleo local, comparecendo a alguma das reuniões regulares. Após este primeiro contato, alguns integrantes do Núcleo visitarão o grupo para conhecê-lo e explicar o funcionamento da Rede Ecovida. Se as famílias concordarem em seguir a metodologia do SPG, devem solicitar ao Núcleo a **adesão à Rede Ecovida**, numa reunião registrada em ata, indicando **dois membros** do grupo – um titular e um suplente – que integrarão a Comissão de Avaliação do Núcleo. Os membros do grupo contribuem com uma cota anual para os custos de certificação (deslocamento e refeição dos conselheiros, expedientes burocráticos), cujo valor é decidido por cada Núcleo. No Litoral Catarinense (SC), por exemplo, a contribuição anual era de R$ 36,00 por família até 2013.

E quando o grupo já está formado?

A família agricultora deve mostrar interesse em participar da Rede Ecovida, comparecendo a uma reunião do grupo – se este acabou de ser formalizado, pode ser já no primeiro encontro. Alguns integrantes do grupo visitarão a propriedade para conhecer o histórico da família, da terra e explicar o funcionamento da Rede. A família pode participar do grupo mesmo não tendo interesse em ser certificada.

Quais são os compromissos da família com o grupo?

Principalmente participar das reuniões do grupo, que devem ser regulares, de preferência mensais. As reuniões são ferramentas de controle social complementares às visitas de verificação de conformidade. O regulamento diz que se uma família falta a 40% das reuniões num período de 12 meses, não terá direito a solicitar a visita do Comitê de Verificação e, caso já possua o Certificado de Conformidade, este será suspenso.



"Se fosse dizer pros meus amigos hoje, eu diria: pode ir pro orgânico porque não é aquele bicho de sete cabeças. No convencional vira tudo despesa, com o orgânico eu mesmo faço o meu adubo, não preciso comprar. Pra mim está dando muito certo."

Jair Scheidt, Imbuia (SC)

Registrar é preciso!

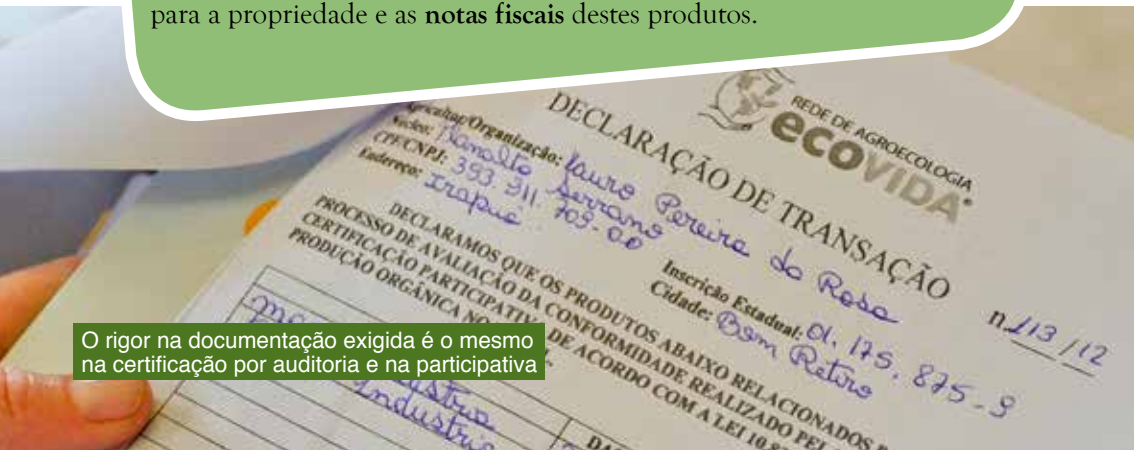
O grupo deve manter um livro ata, onde são registradas todas as reuniões, visitas, novos inscritos no grupo e decisões tomadas pelo coletivo. Todas as atas devem ter uma lista de presença. Estes registros são importantes para garantir a manutenção do grupo.

Documentação

Independente se o grupo é novo ou não, os membros que querem passar pela avaliação da conformidade orgânica devem, além de pagar a anuidade e participar das reuniões, preencher alguns documentos:

- **Cadastro das unidades produtivas:** contém informações para identificação da família e do grupo.
- **Plano de Manejo e Conversão:** é uma descrição detalhada da propriedade e sua produção.
- **Termo de Compromisso da Família Ecologista:** declara que as informações contidas no Plano de Manejo são verdadeiras e que a família entende como o SPG funciona.

A documentação preenchida deve ser enviada para a Comissão de Avaliação do Núcleo, que vai conferir se está tudo certo. Se as informações estiverem corretas, a família estará habilitada a receber a **visita do Comitê de Verificação do Núcleo**, formado por membros de outros grupos definidos pela Comissão de Avaliação. O prazo para esta vistoria acontecer é de até 60 dias. Também é fundamental manter em dia o **Caderno de Campo**, que registra a compra de insumos para a propriedade e as **notas fiscais** destes produtos.



O rigor na documentação exigida é o mesmo na certificação por auditoria e na participativa

O que acontece nas Visitas de Verificação?

Muito mais do que uma simples fiscalização, a visita do Comitê de Verificação é uma intensa troca de experiências e saberes entre os agricultores. Nela são avaliados e discutidos aspectos sociais, ambientais, relações de trabalho, saneamento, econômicos, produtivos e organizacionais da propriedade, além de outros pontos próprios da Rede e da legislação dos orgânicos:

- a documentação da família e o seu envolvimento no grupo, se participa das reuniões ou não;
- proporção de produção ecológica na propriedade e expectativa de tempo para a conversão total;
- barreiras entre cultivos agroecológicos e convencionais;
- origem das sementes, mudas e insumos e sua documentação;
- se há animais na unidade de produção, como são alimentados e para onde vão os seus resíduos, além de outros aspectos relativos ao seu bem-estar;
- proteção dos cursos e nascentes de água;
- destinação dos resíduos (orgânico e seco, esgoto);
- as relações de trabalho dentro da propriedade, registro e pagamento da mão-de-obra, presença de trabalho infantil e escolarização.

Capacitação sobre compostagem durante reunião do grupo de Biguaçu (Núcleo Litoral Catarinense)

Após a primeira visita de verificação:

- Se o parecer do Comitê de Verificação for positivo, o produtor receberá o Certificado de Conformidade Orgânica da Rede Ecovida e entrará para o Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos do MAPA. Assim, poderá (e deverá) utilizar o Selo do Sisorg e da Rede Ecovida nos seus produtos.
- No caso de a avaliação ser negativa, o produtor terá que assumir um compromisso com o grupo de se adequar às normas de conformidade orgânica dentro de um prazo.

PRODUTO ECOLÓGICO

ecoVIDA®

CERTIFICAÇÃO PARTICIPATIVA

Qual é a frequência das visitas de verificação?

O ideal é que todas as famílias do grupo sejam visitadas pelo menos 1 vez por ano pelos seus pares. Mas no caso de grupos muito grandes, as verificações podem ser feitas por amostragem: alguns membros são sorteados e avaliados. Mesmo assim, no prazo de 4 anos todas as propriedades de cada grupo devem ser visitadas. No intervalo entre essas visitas, as reuniões de grupo e as visitas de pares (feita por membros do mesmo grupo) servem como mecanismos de controle social, além de serem espaços importantes de construção mútua de conhecimento entre os produtores.

Como é registrada a comercialização dentro da Rede Ecovida?

Cada vez que um agricultor realizar uma venda para um varejista ou agroindústria, ele precisa emitir uma Declaração de Transação Comercial, informando o tipo de produto, lote, quantidade e número da nota fiscal. Tanto o agricultor quanto o comprador devem manter uma cópia deste documento, que assegura a rastreabilidade do produto: se um consumidor desejar saber de onde veio o alimento que ele está comprando, é possível fazer o caminho inverso até chegar à origem.

IMPORTANTE!
Vencimento da certificação

A certificação é válida por um ano. É preciso renová-la todos os anos, por isso é importante que, três meses antes de vencer o certificado, os produtores comecem a mobilizar-se através da reunião do grupo para solicitar a nova visita do Comitê de Verificação. Assim, não corre-se o risco de o certificado estar vencido no momento da comercialização do produto.

Visita para certificação do cultivo de pera do sr. Celso Gelsleuchter (Angelina, SC – janeiro de 2013). É importante iniciar a mobilização para convocar o Comitê de Verificação com antecedência.

Uma propriedade precisa ser 100% agroecológica para ser certificada?

Não. A maioria das famílias que entra para a Rede está em fase de transição de cultivos convencionais para agroecológicos. Isto é chamado **produção paralela**, e não é um impedimento para a certificação, desde que as culturas agroecológicas e convencionais sejam de espécies ou variedades diferentes e estejam em áreas distintas, como prevê a IN 46, de outubro de 2011, que estabelece o Regulamento Técnico para os Sistemas Orgânicos de Produção Animal e Vegetal.

Se estas condições forem cumpridas, a propriedade entra num **processo de conversão**, que deve ser completado num prazo de até 5 anos. Este período é contado a partir da inclusão da família na Rede. Se neste momento a produção ainda é convencional, a família deve fazer o manejo de culturas por 12 a 18 meses para que a produção do ciclo seguinte seja considerada agroecológica. A forma como o produtor pretende fazer a conversão da propriedade deve estar **indicada no Plano de Manejo**, em que também vai sendo registrado o cumprimento das etapas do processo.

A produção paralela

Se uma propriedade possui produção paralela, alguns itens devem ser observados:

- Qual a distância entre as culturas agroecológicas e convencionais?
- Existem **barreiras** físicas entre elas?
- A direção do vento, o relevo ou o curso das águas pode levar à **contaminação** dos cultivos agroecológicos?

Além disso, é **PROIBIDO**:

- Alternar **manejo agroecológico e convencional na mesma área**;
- Utilizar equipamentos, implementos e insumos dos cultivos convencionais nas áreas de manejo orgânico;
- Produzir as mesmas culturas nos dois sistemas (convencional e agroecológico).

A Rede Ecovida certifica agroindústrias?

Sim, a Rede também desenvolveu uma metodologia de certificação para agroindústrias que processam alimentos agroecológicos. Os procedimentos básicos são iguais aos das unidades de produção vegetal e animal: a família ou os responsáveis pela agroindústria precisam entrar para um grupo, preencher a documentação e receber a visita do Comitê de Verificação. Mas há algumas especificidades:

- Deve utilizar o Cadastro de Agroindústrias no lugar do Cadastro de Unidade Produtiva

- A visita do Comitê de Verificação seguirá um roteiro específico para agroindústrias, em que serão analisados, dentro outros itens, a procedência da matéria prima, a higienização dos equipamentos e a receita dos produtos, bem como se as fiscalizações sanitárias estão em dia.

Agroindústrias também podem ter a conformidade orgânica avaliada através da certificação participativa (Núcleo Serra RS, dezembro de 2012)

O Núcleo Litoral Catarinense

O sr. Gilmar Cognacco, de Leoberto Leal, rompeu com a indústria fumageira e hoje sustenta a família de 7 filhos com uma produção agroecológica altamente diversificada. O casal Celso e Catarina Gelsleuchter, de Angelina, mantém ativa sua produção de pêras, mel, açúcar mascavo, melado e farinha, estes últimos produzidos em um centenário engenho movido à roda d'água, que eles nem pensam em desmanchar e já foram inclusive divulgá-lo no Encontro Mundial do movimento Slow Food na Itália. José Furtado, que mantém uma área produtiva com folhosas e morango em ambiente de forte especulação imobiliária do município de Garopaba, deixou a vida de caminhoneiro para seguir o legado agrícola da família.

Essas 3 famílias e suas histórias de vida partilham de um mesmo Núcleo da Rede Ecovida, o Litoral Catarinense. Criado em 2002, o Núcleo abrange os municípios catarinenses de Florianópolis, Palhoça, Paulo Lopes, Garopaba,

Inaugurado em março de 2013, o Primeiro Box de Produtos Agroecológicos em uma Ceasa do Brasil foi um marco para o Núcleo Litoral Catarinense

Major Gercino, Biguaçu, Angelina, Rancho Queimado, São Bonifácio, Imbuia, Leoberto Leal, Nova Trento, Araquari, Jaraguá do Sul, Joinville, Piçarras, Itapema e Balneário Camboriú, concentrado em regiões de grande densidade populacional, que ainda assim apresentam-se não somente como fortes consumidoras, mas também com uma importante vocação produtiva.

O engajamento do Núcleo Litoral Catarinense resultou, recentemente, na criação de um espaço inédito: o Primeiro Box de Produtos Agroecológicos em uma Ceasa (Central de Abastecimento) brasileira, localizado na Grande Florianópolis, que amplia o acesso da população aos produtos agroecológicos e fortalece as famílias agricultoras não somente deste território, mas também de outros Núcleos da Rede, numa articulação de comercialização que viabiliza a complementaridade e a circulação de produtos em toda a região Sul do país.

Vinculada aos procedimentos habituais da Certificação Participativa, esta articulação de comercialização abastece ainda as compras governamentais para escolas, creches e instituições públicas, além de feiras locais para venda direta.

Com seus registros formais acompanhados e sistematizados pelo Cepagro, o Núcleo Litoral Catarinense, através de seus representantes locais, ocupa assentos estratégicos em Conselhos e espaços deliberativos, a exemplo do CONSEA/SC (Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional), Câmara Técnica da Diversificação da Fumicultura e CPOrg/SC (Comissão da Produção Orgânica), entre outros. Com atuação em elos diversos, do fomento da atividade produtiva à incidência política, o Núcleo Litoral Catarinense escreve diariamente sua história no fortalecimento da Agroecologia no Sul do país, seguindo os princípios da Rede Ecovida e empoderando suas famílias vinculadas.

Em maio 2012, o Núcleo Litoral Catarinense sediou, em parceria com o Núcleo Planalto Serrano, o 8o. Encontro Ampliado da Rede Ecovida, realizado pela primeira vez em uma capital de Estado (Florianópolis), em pleno campus da Universidade Federal de Santa Catarina. Promovendo o estreitamento de relações entre o rural e o urbano, repensando a atividade de produção alimentar e o abastecimento das cidades, este momento intenso de trocas entre mais de 1000 agricultores ecologistas do Sul do país demonstrou a capacidade de organização do nosso Núcleo, que assumiu o compromisso de socializar a produção agroecológica em Rede através de seus alimentos garantidos pela Certificação Participativa, promovendo benefícios em mão dupla, tanto aos agricultores quanto à população do território.

O 8° Encontro Ampliado da Rede Ecovida, realizado em 2012, trouxe milhares de agricultores ecologistas a Florianópolis e aproximou a produção e o mercado consumidor

Com a palavra, os agricultores

"Ter nossos produtos certificados vai facilitar a nossa venda, nós já revendemos pra Ecoserra e pretendemos vender pra fábrica certificada de suco de Nova Trento. Nosso encontro com o pessoal da Rede Ecovida foi muito bom, porque as pessoas valorizam os produtos e, mais que os produtos, os produtores, e isso faz um bem muito grande."

Catarina Gelsleuchter, Angelina

"Pra mim, este certificado é a prova de dias e dias de esforço e luta de famílias trabalhando juntas. Agora a gente pode chegar com nosso produto em qualquer lugar e dizer "tá aqui a prova do nosso trabalho".

Antonio Will e família, Nova Trento

"A gente plantava fumo pra ganhar dinheiro e parou. Dois dias por semana estamos no trabalho da feira de Brusque, outros dias nas reuniões do nosso grupo e do Núcleo. A gente faz o transporte pra feira e pro Box do Ceasa, mobilizando muitos agricultores da Rede Ecovida, desde a serra, de Urupema e Painel, Lages, Alfredo Wagner, Imbuia, Nova Trento, Major Gercino."

Gilmar Cognacco, Leoberto Leal

"Conheci o pessoal e fiquei dois anos na fase de transição pro orgânico. Aí ganhei o certificado e estou há 7 anos. A gente vende no mercado do produtor, tem uma feira aos sábados na praça central e tem a merenda escolar, onde colocamos nosso pão caseiro e geleia, além de algumas verduras. É uma maneira de aumentarmos nossa renda e da família permanecer na propriedade.

José Furtado, Garopaba

Referências bibliográficas

SÍTIOS DE INTERNET

- ecovida.org.br
- ifoam.org
- aopeb.org
- anpeperu.org
- gpae.net
- altervida.org.py
- tianguisorganicos.org.mx
- keystone-foundation.org/
- naturallygrown.org
- organicfarm.org.nz
- natureetprogres.org
- subscriptions.leisa.info/index.php?url=getblob.php&o_id=138077&a_id=211&a_seq=0.

ARL, Valdemar. **Uma Identidade que se constrói em rede.** Caderno de Formação. Lapa (PR): Rede Ecovida de Agroecologia, 2007.

CARRASCAL, Tatiana; TYGEL, Daniel; MOTTA, Eugênia. **Fluxos e informações na Economia Solidária: Comercialização e Certificação Participativa.** Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase), 2011.

Certificação participativa em rede: um processo de certificação adequado à agricultura familiar agroecológica no Sul do Brasil. Relatório Técnico Final. Florianópolis: CNPq, Cepagro, Rede Ecovida de Agroecologia, 2005.

IFOAM. **La Agricultura Ecológica y los Sistemas de Garantía Participativos: Comercialización y Apoyo para los Productores Ecológicos de Pequeña Escala.** Disponível em www.ifoam.org/sites/default/files/page/files/ifoam_pgs_leaflet_spanish_web.pdf, acesso em 18 jul. 2013.

IFOAM. **Sistemas de Garantía Participativos: Visión Compartida, Ideales Compartidos.** Disponível em www.ifoam.org/sites/default/files/page/files/ifoam_pgs_spanish_web.pdf. Acesso em 18 jul. 2013.

IFOAM. **Partipatory Guarantee Systems. Case studies from Brazil, New Zealand, India, USA, France.** Disponível em http://www.ifoam.org/sites/default/files/page/files/studies_book_web.pdf. Acesso em 18 jul. 2013.

IFOAM. **La Agricultura Ecológica y los Sistemas de Garantía Participativos.** 2007 e 2008

Manual de procedimentos operacionais para a avaliação da conformidade orgânica na Associação Ecovida de Certificação Participativa

MEIRELLES, Laércio; SANTOS, Luiz Carlos Rebelatto. **Rede Ecovida de Agroecología**, Brasil: “Desarrollando credibilidad”

Regimento Interno da Associação Ecovida de Certificação Participativa

SANTOS, Luiz Carlos Rebelatto dos; OLIVEIRA, Daniela. **CADERNO de formação: Certificação Participativa de Produtos Ecológicos.** Florianópolis: Rede Ecovida de Agroecologia, 2004.

SANTOS, Luiz Carlos Rebelatto dos. **Formação e consolidação da Rede Ecovida de agroecologia e a sua experiência de certificação participativa.**

COLEÇÃO

Saber na Prática

VIVÊNCIAS EM AGROECOLOGIA

Para ser considerado orgânico, um alimento deve passar pelo crivo de processos de avaliação monitorados pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). Relativamente novo no Brasil, o Sistema Participativo de Garantia é um método de certificação baseado no controle social, que além de oferecer as garantias exigidas pela Lei configura-se como um importante processo de fortalecimento da agricultura familiar agroecológica.

A Rede Ecovida, que atualmente certifica 1.200 famílias no Sul do Brasil através de um OPAC (Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade) teve um papel decisivo na construção da legislação brasileira, que atualmente considera este modelo com o mesmo peso de uma certificação por auditoria. O selo Ecovida estampado em um produto reflete uma relação de confiança iniciada na unidade produtiva e transparente à toda sociedade.

CEPAGRO

INTER-AMERICAN FOUNDATION · 1969 ·

ISBN 978-85-67297-02-6